

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 421 • Brasília-DF • Dezembro 2019

## RESISTÊNCIA À OFENSIVA FINAL

Em meio ao início de uma ofensiva final, povos indígenas contabilizam violências e mortes no primeiro ano do governo Bolsonaro. Entre denúncias e resistências, privatização das terras indígenas é o carro chefe de um ataque orquestrado e programado

Páginas 8 e 9

Perspectivas para a política indigenista em 2020 indicam aumento da violência

Página 2

Funai é instrumentalizada e impõe aos povos indígenas a pauta da bancada ruralista

Páginas 3, 4 e 5

# Política indigenista: tendências para 2020

Por **Roberto Liebgott**, do Cimi Regional Sul

**D**iante dos discursos e das medidas do governo federal para a questão indígena e quilombola, me parece que a tendência para o ano de 2020 é de que se aprofunde as medidas de contenção no que se refere aos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais. O governo estará melhor aparelhado e com diagnóstico de toda a demanda e realidade indígena e quilombola. Em outubro, por sinal, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o delegado Marcelo Xavier Augusto da Silva, realizou mudanças em Grupos de Trabalho para a identificação e delimitação das Terras Indígenas, fazendo indicações políticas, com profissionais desqualificados ligados aos interesses ruralistas, para postos de caráter estritamente técnicos, com atribuições respaldadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

As intenções do governo estão sempre por trás das nuvens de fumaça lançadas pelo presidente e seus filhos, mas visam: o Estado a serviço das forças econômicas exploratórias que atuam nas sombras da legalidade, tais como madeireiras, mineradoras, garimpos e a grilagem; consolidar a presença de fazendeiros que criam gado e plantam soja dentro das terras públicas ou que delas se apossaram ao longo das décadas passadas; promover a expulsão dos povos e comunidades das áreas retomadas ou em demarcação, mas não regularizadas e promover a concessão de títulos de propriedade aos que se apossaram das terras públicas das indígenas, quilombolas e ambientais.

Nesse sentido, o judiciário cumprirá papel determinante, de modo especial nas ações possessórias, caso não haja mudança na Constituição Federal e seja refutada a tese do marco temporal, de outro lado, se a tese for afirmada então, sim, a desterritorialização será inevitável, tendo em vista essa ser uma das pernas da política indigenista do governo.

O governo também agirá no sentido de tornar inócuas as ações do Ministério Público Federal (MPF) que ainda fazem a

defesa dos direitos indígenas, isolando os procuradores federais e investindo na Advocacia-Geral da União (AGU) para que ela atue mais sistematicamente como protetora dos interesses da União, que no caso serão os interesses privados. Sem alternativas, os povos indígenas, para terem suas garantias constitucionais asseguradas, devem recorrer às retomadas. Para isso, o presidente Jair Bolsonaro quer aval do Congresso Nacional para empregar a chamada CLO (Garantia da Lei e da Ordem) para reintegração de posse em propriedades rurais. Bolsonaro vai além: quer aprovar ainda o excludente de ilicitude, quando se é isento de punição ao cometer algo proibido pela lei, como matar, para casos ocorridos durante a vigência da GLO.

Tudo indica ainda que serão tomadas medidas no sentido de assegurar a intensificação da exploração de terras demarcadas, tais como os arrendamentos, retirada de madeira e legalização do garimpo. E, para dar suporte a tudo isso, se investirá em duas perspectivas: o fomento às igrejas fundamentalistas dentro das áreas indígenas como um fator desagregador das culturas e relações sociais, políticas e de luta. Investimentos em atividades paliativas de saúde e educação no sentido de abrandar a miséria e promover as disputas por cargos remunerados.

Se concretiza, com isso, a segunda perna da política indigenista que é a da integração paulatina dos povos à comunhão nacional. Como os indígenas vão enfrentar esse contexto de adversidades não sabemos, fato inevitável será a divisão sistemática entre as comunidades, lideranças e organizações. Ao que parece, a criminalização de lideranças indígenas, quilombolas e de outros movimentos de luta será um duro e contínuo movimento. Nesse sentido, os missionários e as missionárias do Conselho indigenista Missionário (Cimi), bem como outros movimentos de luta pela terra, entidades indigenistas, ambientalistas e quilombolas, estarão todos submetidos à vigilância dos órgãos de repressão do governo federal. Por isso a ênfase na retomada das deliberações do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Inca e Funai.

## Porantinadas

### Sesai prefere multa a cumprir obrigação

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou pedido à Justiça Federal em Santarém (PA) para que determine multa de R\$ 13 milhões à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde por descumprir uma sentença judicial de 2017 que ordena atendimento de saúde para 13 etnias indígenas que vivem na região do baixo Tapajós. Também foi pedida a execução de multa pessoal para a secretária Sílvia Nobre Lopes, porque o MPF entende que a gestora está desobedecendo conscientemente a sentença judicial, por impedir a contratação de pessoal já selecionado para formar as equipes de atendimento.

### Mineração em terras indígenas

O MPF ajuizou também oito ações, na última semana de novembro, com pedidos urgentes para que a Justiça Federal cancele processos minerários incidentes em 48 terras indígenas no Pará. Foi pedido que a Agência Nacional de Mineração (ANM) indefira todos os processos atuais nessas áreas e os que surgirem antes do cumprimento das exigências legais para a autorização da atividade, que incluem a necessidade de consentimento das comunidades.

### Munduruku denunciam projetos do governo

Na Maloca da Universidade de Brasília (UnB) aconteceu em novembro uma coletiva de imprensa com uma delegação de 50 lideranças do povo Munduruku para debater os planos do governo Bolsonaro de regularizar a mineração em terras indígenas e de retomar megaprojetos de hidroeletricidade e logística para a bacia do rio Tapajós, explicitando também a situação de grande vulnerabilidade na qual se encontram as comunidades indígenas, com lideranças ameaçadas de morte.



# A Funai instrumentalizada como sucursal do ruralismo no Brasil

Por Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira\*  
Cleber César Buzatto\* e  
Gilberto Vieira dos Santos\*, do Secretariado Nacional do Cimi

“Estou colocando pessoas de minha confiança nas bases agora justamente para atender aos senhores. Então eu quero trazer aqui o recado a todos vocês que confiem no presidente da Funai”. Estas palavras foram ditas pelo atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista do Estado brasileiro, vinculado ao Ministério da Justiça, o delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier.

Vocês podem imaginar que ao proferir estas palavras o presidente da Funai estava reunido com lideranças indígenas na sede do órgão indigenista, em Brasília. Certo? Só que não. A frase foi direcionada a fazendeiros, líderes de sindicatos rurais patronais, parlamentares ruralistas contando com a presença do Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, durante audiência pública sobre questões fundiárias realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, no último dia 8 de novembro.

Xavier, aliado da bancada ruralista do Congresso Nacional, não parou por aí. O delegado presidente da Funai tratou de fornecer orientações táticas aos fazendeiros nos seguintes termos: “Casos de invasão serão tratados como invasão. Não tenham receio! Levem ao conhecimento... os senhores, que estão na ponta, sabem o que ocorre. Nós que estamos em Brasília, às vezes não sabemos o que se passa aqui. Materializem, façam filmes, materializem, fotografem, levem ao presidente da Funai o que está acontecendo aqui”.

O Mato Grosso do Sul é o estado onde o ruralismo mais agride, oprime, violenta e assassina lideranças indígenas no Brasil. As denúncias e imagens de ataques contra os povos são recorrentes. Sobre isso, por exemplo, convidamos

o senhor a assistir e ajudar no compartilhamento da informação e do vídeo: Guarani e Kaiowá relatam caso de tortura durante ataques a retomadas em Dourados.

Ao mesmo tempo, conforme levantamento feito pelo Cimi, a invasão de terras indígenas, no Brasil, aumentou mais de 100% nos primeiros nove meses de 2019, relativamente a todo o ano de 2018. Pela função que exerce, o presidente do órgão indigenista do Estado brasileiro deveria visitar e dar sequência às denúncias dos Guarani Kaiowá; ou marcando presença e dando apoio aos povos de alguma das 153 terras indígenas invadidas por não índios, entre janeiro e setembro deste ano, a fim de ajudá-los no combate a essas invasões criminosas. No entanto, se colocou junto e orientou os fazendeiros a denunciar os povos indígenas já tão maltratados e desassistidos.

O delegado presidente da Funai parecia ansioso para apresentar aos ruralistas a “nova Funai” representada por ele. “Trago ao anseio dos senhores no sentido de que agora nós temos uma nova Funai”, disse. Em seguida, reclamou das críticas que vem recebendo dos povos e organizações indígenas e de organizações de apoio aos povos e tentou desqualificar as mesmas já que, segundo ele, “não me nomeiam e não individualizam nenhum fato”.



Índigena Kaiowá Priscila Maciel Duarte Lopes posa para foto em Caarapó, Mato Grosso do Sul: com Funai instrumentalizada, a tendência é de aumento da violência

“Estou colocando pessoas de minha confiança nas bases agora justamente para atender aos senhores. Então eu quero trazer aqui o recado a todos vocês que confiem no presidente da Funai”, disse o presidente delegado da Funai

ex-assessor de deputado ruralista para coordenar demarcações de terras indígenas no estado de Pernambuco e 2) Devido a “desinteresse” da Funai, manifesto pelo seu presidente, Procuradoria Federal Especializada desistiu de processo judicial, no TRF-4, contra reintegração de posse da Terra Indígena Palmas, no Paraná. Convidamos você a acessar, ler e compartilhar estas informações.

O presidente da Funai, na sua estreiteza interpretativa, parece justificar todas as suas ‘preferências’ sob o chavão, muito usado por fundamentalistas religiosos de matriz judaico-cristã, segundo o qual “a divisão de classes, destruição da família, destruição da propriedade isso pode ser interessante em países comunistas. Aqui nós vivemos um mundo capitalista, tá”. A frase de efeito, ainda mais com a ênfase dada pelo ‘tá’, ao final, rendeu uma salva de palmas entusiasmada dos ruralistas ao presidente da Funai, óbvio.

“O presidente da Funai, na sua estreiteza interpretativa, parece justificar todas as suas ‘preferências’ sob o chavão “a divisão de classes, destruição da família, destruição da propriedade isso pode ser interessante em países comunistas. Aqui nós vivemos um mundo capitalista, tá”. A frase de efeito, ainda mais com a ênfase dada pelo “tá”, ao final, rendeu uma salva de palmas entusiasmada dos ruralistas ao presidente da Funai, óbvio”

O delegado ruralista esqueceu, no entanto, que no Brasil a Constituição Federal é soberana, que esta Constituição garante aos povos o direito às suas terras originárias (Art 231), que estas terras são bens da União (Art 20) e que ele, como cidadão e gestor público, está submetido a esta Constituição. Parece ter esquecido ainda que, como presidente da Funai, gestor da coisa pública, cujo salário é pago com recursos públicos da União, ele tem o dever de defender os direitos dos povos indígenas e também os interesses da União. Parece ter esquecido também que não é direito seu fazer uso da função pública que exerce para abrir mão de bens da União em favor de interesses privados. Parece ter esquecido, por fim, que esse tipo de atitude pode caracterizar a prática do crime de ‘improbidade administrativa’ ao gestor público.

É de grande importância aos interesses do Estado brasileiro e aos direitos dos povos originários, que o Ministério Público Federal (MPF) e cada um de nós possamos ajudar o presidente da Funai a lembrar de suas responsabilidades institucionais e constitucionais para que o órgão indigenista deixe de ser instrumentalizado como sucursal do ruralismo no Brasil. ♦

\*Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira é secretário-executivo do Cimi

\*Cleber César Buzatto é secretário-adjunto do Cimi

\*Gilberto Vieira dos Santos é secretário-adjunto do Cimi e coordenador do Cimi Regional Mato Grosso

# Funai desiste de ação que mantém indígenas em Ñande Ru Marangatu

Grupo de Trabalho sofre interferência e terras declaradas deixam de ser atendidas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Contrariando a missão institucional do órgão, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva, assinou um despacho, no dia 26 de novembro, requerendo à Procuradoria Especial Especializada a desistência de ordem judicial que mantém na Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, município de Antônio João (MS), indígenas do povo Guarani Kaiowá.

Seguindo na linha da interferência política em assuntos técnicos e legais, o presidente da Funai também mudou a coordenação do Grupo de Trabalho (GT) para o estudo de identificação e delimitação da Terra Indígena Cambirela, do povo Guarani Mbya, localizada em Palhoça (SC). Este já é o terceiro GT que sofre com a ingerência e as indicações políticas do presidente da Funai em pouco mais de um mês. Os três grupos têm em comum ordens da Justiça Federal para ir a campo (leia mais abaixo).

A ação envolvendo Ñande Ru se trata da Suspensão de Liminar n.º 926/MS, proposta em 2015 e com tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo teve início na Justiça Federal de Ponta Porã, com a decisão pela reintegração de posse contra os Guarani Kaiowá. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) manteve o despejo e a Funai demandou a suspensão de decisão liminar ao STF.

O juízo da 1ª Vara Federal de Ponta Porã proferiu outra decisão na ação, em 13 de julho de 2016, interrompendo a reintegração de posse, que deu origem à Suspensão Liminar da Funai. Na sentença, entretanto, o juízo adensou um acordo à demanda onde “disciplina” a ocupação dos indígenas em 101 hectares da Fazenda Morro Alto e 30 hectares na Fazenda Cedro, até o término da ação que agora o presidente da Funai afirma haver “ausência de interesse institucional”.

Em seu despacho à Procuradoria Federal Especializada, o presidente da Funai afirma que é “possível verificar, pois, que o Juízo local buscou unificar os imbrólios alusivos à Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, a fim de evitar, sobretudo, decisões conflitantes e maiores instabilidades sociais na área (SIC)”. A Terra Indígena foi homologada em 2005, após três décadas de luta dos Guarani Kaiowá. No entanto, dezenas de ações judiciais dos fazendeiros impedem a finalização do procedimento.

## Prevaricação

“Estão prevaricando. É dever da Procuradoria da Funai defender a comunidade. É um advogado pago pelo Estado para defender a comunidade. Se ingressou com uma ação para suspender um despejo e manter a comunidade na posse da área, até o trânsito em julgado, não pode agora ele (presidente) querer que a Procuradoria desista da ação. Isso significa dizer que está desistindo da liminar”, argumenta o advogado da comunidade, Anderson Souza Santos, também assessor jurídico do Conselho indigenista Missionário (Cimi).

No artigo segundo do Estatuto da Funai, sobre a natureza do órgão, consta: “proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União”. Não só a Funai, mas qualquer órgão do governo que fuja às suas responsabilidades estão sujeitos ainda à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). No caso do presidente da Funai, a conduta individual pode ser enquadrada como improbidade administrativa, que é um ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente dela.

Para o advogado do Cimi e dos Guarani Kaiowá, “a Funai entrega o despejo dos indígenas nas mãos dos fazendeiros que desejam a retirada dos indígenas em um cenário consolidado”, onde uma série destes antigos proprietários de



Indígenas do Pará e Amapá marcharam pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, até o Ministério da Justiça, denunciando as invasões a seus territórios e os recentes assassinatos de lideranças no Brasil

“Estão prevaricando. É dever da Procuradoria da Funai defender a comunidade. É um advogado pago pelo Estado para defender a comunidade”

*diz advogado sobre decisão da Funai*

áreas da Terra Indígena chegaram a receber a indenização referente à natureza da ocupação que exerciam. “A posse dos Guarani Kaiowá está efetivada. A Funai descumprimento preceito constitucional. É muito grave o que estamos vendo acontecer, sem precedentes”, encerra.

A notícia chegou aos Guarani Kaiowá durante a Aty Guasu, a principal organização política do povo, que se encerrou no dia 30 de novembro no próprio tekoha - lugar onde se é - Ñande Ru Marangatu. “Foi uma surpresa, realmente não esperávamos que a Funai tomaria essa atitude. A gente tem que estar preparado, mas a Defensoria Pública da União (DPU) disse pra gente aqui na Aty Guasu que vai recorrer”, conta Inaye Gomes Lopes Guarani kaiowá.

O movimento da Aty Guasu pede, no documento final, que a Funai volte a se responsabilizar pelas demarcações territoriais. “Eles não têm que escapar disso. Nossos advogados também vão acompanhar. Esperamos que não tenha despejo. Preocupante, esperamos que não aconteça. É isso que o fazendeiro que quer”, destaca Inaye Guarani Kaiowá.

Em artigo, os secretários do Cimi afirmam que o presidente da Funai esquece de suas responsabilidades institucionais e constitucionais e instrumentaliza o órgão indigenista transformando-o em uma “sucursal do ruralismo no Brasil”. Os missionários tomaram por base um pronunciamento de Marcelo Augusto, onde ele diz: “estou colocando pessoas de minha confiança nas bases agora justamente para atender aos senhores. Então eu quero trazer aqui o recado a todos vocês que confiem no presidente da Funai”.

A frase, pinçada de um discurso com outras posições controversas, foi direcionada a fazendeiros, líderes de sindicatos rurais patronais, parlamentares ruralistas con-

tando com a presença do Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, durante audiência pública sobre questões fundiárias realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, no último dia 8 de novembro.

## Prática se repete

Vinte dias antes, em 6 de novembro, o presidente da Funai alegou desinteresse e também desistiu de ação judicial referente à reintegração de posse parte de uma sentença envolvendo a anulação da demarcação da Terra Indígena Palmas, do povo Kaingang, localizada no município de Palmas, no Paraná. O processo tramita no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

A Funai havia acabado de conseguir suspender a reintegração, a partir de uma ação rescisória, mas mesmo assim pediu, no início de outubro, “a homologação judicial da desistência independentemente da anuência da parte requerida, com a consequente extinção do processo”. No protocolo, o órgão alegou desinteresse na ação. O desembargador Rogério Favreto atendeu à solicitação de desistência e extinguiu a ação sem resolução do mérito.

Dinamã Tuxá, integrante da diretoria colegiada da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), afirma ser preocupante “atos praticados pela Presidência da Funai, com o comando da Presidência da República, justamente para enfraquecer institucionalmente o órgão e seus atos. A Funai tem o dever legal de proteger e zelar pelos direitos dos povos indígenas. Desistir desses processos afronta a lei e o que nos espanta é que não há uma resposta do Judiciário quanto a isso”.

O intuito, para a liderança indígena, é de atacar o direito indígena de manter a posse de seus territórios tradicionais. Já há uma política em curso de demarcação zero e agora a essa política se soma a desistência de ações que garantem a permanência dos povos nas terras indígenas. “Se tratam de comunidades que precisam batalhar na Justiça contra um despejo. Chega a ser covarde e hediondo. Isso é um genocídio institucionalizado pelo Poder Público. A Funai está municiada de servidores que atendem aos interesses do agronegócio, madeireiras e mineração”, diz.

Foto: Tiago Miotto/Cimi

## Mudanças nos GTs: genocídio institucional

Para Dinamã, a Funai foi tomada por indicações políticas que atendem a interesses que não são dos povos indígenas, mas do agronegócio, mineradoras e madeireiros. “Se apropriaram dos espaços no intuito de prejudicar os processos demarcatórios. Como no Congresso a pauta deles não avançou, montaram uma nova estratégia para atacar diretamente os direitos”, diz a liderança da Apib.

Em 21 de novembro, o presidente da Funai mudou a coordenação de mais um Grupo de Trabalho excluindo a equipe portariada e colocando outra de sua predileção. Desta vez, o alvo foi o GT que realizará os estudos de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental para a identificação e delimitação da Terra Indígena Cambirela, do povo Guarani Mbya, localizada no Município de Palhoça, Santa Catarina.

Conforme nova portaria, os servidores Ricardo de Campos Leinig, antropólogo coordenador, Kaio Domingues Hoffman, antropólogo assistente, Juliano Piloto Abelardino da Silva, ambientalista e João Mitia Antunha Barbosa, indigenista especializado, todos servidores lotados na Coordenação Regional Litoral Sul, foram substituídos por outra equipe sem qualificação atestada.

O antropólogo coordenador passa a ser Joany Marcelo Arantes, que é também coordenador-Geral de Promoção da Cidadania da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) da Funai. Recentemente, Arantes foi nomeado como coordenador do GT da Terra Indígena Serrote dos Campos, em Pernambuco, também em um ato de interferência política do presidente da Funai. Além da ausência de competência atestada, a medida viola um protocolo interno de que um mesmo antropólogo não pode assumir dois grupos de trabalho ao mesmo tempo.

Joany Marcelo Arantes, que não chega a ser antropólogo, conforme a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), é ex-assessor parlamentar do deputado federal Homero Pereira, falecido em outubro de 2013. O deputado presidiu a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e se posicionava contra as demarcações. Atuou com destaque na defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A proposta visava transferir do Poder Executivo para o Poder Legislativo o ato administrativo de demarcar as terras indígenas.

Além disso, o único título que Arantes tem em seu currículo é uma especialização em antropologia pela Universidade Sagrado Coração, cuja orientação do trabalho de conclusão foi realizada por Cláudio Eduardo Badaró, outro personagem que compõe o enredo de arbitrariedades e atos do presidente da Funai.

Badaró foi imposto pelo presidente da Funai para o Grupo de Trabalho de identificação e delimitação da Terra Indígena Tuxi, em Pernambuco. Havia também um equipe qualificada portariada, mas apeada sem nenhuma justificativa e substituída por outra sob a coordenação de Badaró, que



Marcha Pataxó e Tupinambá por demarcação de terras e contra o marco temporal, em Brasília

“Se apropriaram dos espaços no intuito de prejudicar os processos demarcatórios. Como no Congresso a pauta deles não avançou, montaram uma nova estratégia para atacar diretamente os direitos”,

diz a liderança da Apib



Mulheres indígenas ocuparam Brasília em defesa dos seus direitos

possui apenas uma especialização em antropologia, obtida em 2008 também na Universidade Sagrado Coração.

As três terras indígenas que até o momento tiveram os grupos de trabalho modificados são Serrote dos Campos, do povo Pankará, e Tuxi, do povo Tuxi, ambas localizadas em Pernambuco, e Cambirela. Em comum, os três casos possuem determinações judiciais que obrigam a Funai a levar os GTs a campo. No caso da Terra Indígena Cambirela, a sentença foi publicada em 28 maio de 2019 pela 6ª Vara Federal de

Foto: Katie Maeher/MNI



Durante o Acampamento Terra Livre (ATL), protestos se voltaram às questões territoriais: meta do governo é Demarcação Zero

Florianópolis, no âmbito de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF).

“O objetivo é a produção de laudos fragilizados e facilmente contestáveis. Até mesmo atestar que a terra não é tradicional”, defende Dinamã Tuxá. Para o indígena se trata de tirar a legitimidade do processo, criar suspeições. “O ato de alteração já gera espanto. Tirar servidores qualificados para colocar pessoas sem qualificação não tem sentido, mas então vemos quem são essas pessoas e vemos que são ligadas a interesses privados, contrários às demarcações, gente que veio diretamente da bancada ruralista do Congresso Nacional”, encerra.

O secretário-adjunto do Cimi Cleber Buzatto lembra de um depoimento do deputado federal ruralista Alceu Moreira (MDB/RS), em novembro de 2013, durante audiência pública no município de Vicente Dutra (RS). Disse o parlamentar na ocasião: “O que nós temos que discutir é o laudo antropológico. A fraude é aquele papelucho. Se tu começar a discutir a consequência do laudo, você reconhece o papelucho como se ele fosse verdade. Não discute o desdobramento”.

Esta audiência é a mesma em que o então deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) afirma que índios, quilombolas, gays são “tudo o que não presta” (assista aqui). “A bancada ruralista sempre mirou o laudo de identificação e delimitação, que o Moreira chama de papelucho. Sempre disse que precisava (bancada ruralista) chegar no ‘papelucho’”, pontua Buzatto.

## Burocracia e controle

A criação de burocracia também tem sido uma estratégia para travar as ações da Funai de proteção e promoção dos direitos indígenas. Duas portarias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicadas em outubro, alteraram os fluxos internos do órgão indigenista afetando diretamente as unidades descentralizadas da Funai, que atendem inclusive povos indígenas em situação de isolamento voluntário, os livres. De acordo com o jornal O Globo, dez destas terras com a presença de isolados estão sem supervisão por conta da proibição de viagens.

A primeira, portaria nº 764/MJSP, delegou ao secretário-executivo do Ministério a autorização de diárias e passagens aos servidores da Funai, enquanto a segunda portaria (1.619/SE/MJSP) sub-delegou parte desta competência exclusivamente ao presidente da Funai. Essa recente centralização dos procedimentos para autorização de deslocamento de servidores provoca prejuízos aos povos indígenas isolando aldeias da assistência do Estado enredado a uma burocracia logística de caráter absolutista.

Conforme a Indigenistas Associados (INA), associação de servidores da Funai, em nota pública divulgada nesta segunda-feira (2), as portarias impedem “que esta competência seja novamente subdelegada às unidades descentralizadas e diretorias, alterando-se o protocolo seguido até então no órgão”. Além da letargia para cumprir a missão institucional, impedindo um fluxo mais ágil de atendimento às aldeias, os servidores experimentam uma nova forma de controle e monitoramento.

“Essas mudanças provocaram maior burocratização, morosidade e intensa centralização das autorizações de deslocamento dos servidores da Funai para outros municípios e Terras Indígenas, especialmente de suas unidades regionais”, analisa em nota a INA. A organização indigenista antecipa que os resultados práticos das portarias já são sentidos observados nas Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais, Frentes de Proteção Etnoambiental e Museu do Índio.

“Logo após a publicação da portaria, a execução das atividades pelas unidades regionais da Funai foi seriamente comprometida, provocando o desatendimento dos indígenas. Prejuízos concretos se acumularam desde então. Houve cancelamento da participação de servidores da Funai em assembleias indígenas, em oficinas e conferência de gestão ambiental e sobre incêndio florestal”, diz trecho da nota. ♦

# Raposa Serra do Sol: como está a Terra Indígena após uma década da histórica decisão do STF

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Os povos Wapichana, Patamona, Makuxi, Taurepang e Ingarikó iniciaram neste ano a última fase do chamado *Regimento da Raposa Serra do Sol*, Terra Indígena localizada ao norte de Roraima entre os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã. Se trata de um conjunto de normas baseadas nos costumes, crenças e tradições destes povos que dividem 1.747.464 hectares. Uma década atrás, a realidade era distinta para os 25.635 indígenas (DSEI-Leste/2018) de Raposa.

Em 19 de março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento da Petição 3388 que questionava, em ação popular ajuizada pelo senador Augusto Affonso Botelho Neto, a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A ação pedia a declaração de nulidade da Portaria nº 534 do Ministério da Justiça, homologada pela Presidência da República em 15 de abril de 2005.

Os ministros da Corte bateram o martelo pela demarcação contínua da Terra Indígena e imediata retirada dos ocupantes não indígenas. Os avanços de lá para cá foram listados em um dossiê entregue neste final de ano às autoridades públicas de Brasília. A partir da consolidação da organização política dos povos de Raposa Serra do Sol, a Terra Indígena se tornou um projeto de vida para os indígenas.

“Nós tivemos vários avanços nos aspectos cultural, social, ambiental, político e econômico. Trazemos uma visão diferente e os povos indígenas se organizaram para a produção e comercialização na Raposa. Destacamos o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA). Outro ponto é que os povos têm autonomia de decisão, produzindo de forma consciente e sustentável”, explica o vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Edinho Macuxi.

Conforme o dossiê, “foi somente após a confirmação do STF que se criou um ambiente mais favorável para a elaboração dos planos comunitários de manejo ambiental e territorial, conforme os costumes, crenças e tradições de cada povo, mas buscando parcerias com órgãos públicos, instituições e entidades da sociedade civil”. A organização social de Raposa abrange todo o território.

Desde 2015 acontece a instalação dos Escritórios Regionais divididos em “Maturuca (região das Seras), que atende 81 comunidades; Centro Regional Amoko Pêê Depê (região Baixo Cotíngio), que atende 25 comunidades; Centro Regional 15 de Abril (região de Surumu), que atende 18 comunidades, e o Centro Regional Severino Arnaldo Constantino (região Raposa) que atende 45 comunidades indígenas”.

Por iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, e com o apoio direto do então presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, foi inaugurado o primeiro pólo indígena do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), na comunidade do Maturuca, considerado o coração da Raposa Serra do Sol. Lewandowski esteve em Raposa para conhecer os conciliadores e instalar o pólo.



Abertura de um dos inúmeros encontros de Raposa, desta vez na Região Serras

## Agricultura, sistemas de trocas e gado

O Projeto Gado, uma das principais estratégias de autossustentação de raposa nas últimas décadas, e crucial durante o processo de retomadas indígenas, chegou em 2018, segundo dados da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), somavam 50.437 cabeças de bovinos. Em 2013, o total foi de 41.243 animais. De acordo com os indígenas, a criação de gado não é a única forma de sustento.

“Uma iniciativa para fortalecer a agricultura familiar indígena é através de um mercado solidário com trocas e vendas de produtos e a realização de feiras regionais e comunitárias ao longo do ano”, diz trecho do dossiê. A produção é orgânica, em algumas regiões de Raposa fazendo uso das técnicas de agrofloresta, e diversificada para garantir a soberania alimentar dos povos.

“As feiras se reúnem também com o objetivo do fortalecimento dos conhecimentos e saberes próprios dos povos indígenas, a riqueza da biodiversidade que os povos preservaram e o potencial que isso tem para continuar construindo um futuro sustentável com uma produção diversificada de alimentos e uma reposição e preservação da própria diversidade natural que existe em nosso território”.

Na saúde indígena, Raposa Serra do Sol conta com “214 agentes indígenas de saúde e 143 agentes indígenas de saneamento, além de técnico microscopista,

técnico em enfermagem, parteiras e pajés. Iniciativas importantes, como o fortalecimento da medicina tradicional, tem fortalecido as comunidades indígenas”, destaca o dossiê que aponta ainda avanços na área da educação e na produção de energia.

O quadro revela que a posse do território de Raposa levou paz aos povos indígenas. “A homologação da T. I. Raposa Serra do Sol resultou na diminuição visível dos conflitos diretos e indiretos sobre a terra, em Roraima. A tranquilidade que os povos indígenas sentem de não serem atacados em suas próprias casa e roças tem um valor e um efeito incalculável para as crianças, jovens de mulheres”, relatam no dossiê.

Apesar de todo o quadro, parte do governo os ataques mais descontextualizados contra Raposa. “Não temos muito tempo a perder com as declarações do presidente (Bolsonaro). Não é a função dele rever (a demarcação) nada. A Constituição o obriga a proteger e garantir as demarcações. Então vamos zelar pela Constituição. Antes do julgamento, Raposa estava completamente invadida e os povos vinham sendo dizimados. Os povos indígenas não tinham liberdade. Raposa foi uma experiência de vida, de fortalecimento. Definida pelo Supremo. Isso tudo é muito maior do que um discurso de um presidente que não tem compromisso e preparo pra governar o país”, destaca Edinho Macuxi.

## Considerando as provas, um caso simples

Paulo Machado Guimarães, então assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fez a defesa dos povos indígenas de Raposa no julgamento da Petição 3388. “Sob o aspecto constitucional, considerando as provas documentais, o caso era simples. Mas assumiu uma grande dimensão política em razão da disputa que envolveu inúmeros setores políticos e econômicos interessados em obter do STF uma inter-

“ Não temos muito tempo a perder com as declarações do presidente (Bolsonaro). Não é a função dele rever (a demarcação) nada. A Constituição o obriga a proteger e garantir as demarcações”

Edinho Macuxi

pretação restritiva aos direitos constitucionais dos povos indígenas”, explica o advogado e presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ele explica que o julgamento da ação popular contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol “foi importante em razão das teses sustentadas pelo autor da ação popular, as quais foram acrescidas outras, de interesse do Estado de Roraima, dos militares, do meio ambiente e dos invasores (arrozeiros e fazendeiros)”. Essas teses foram levadas ao debate jurídico, discutidas e, em alguns pontos, superadas.

O advogado destaca que “a interpretação sobre o que vem a ser terra tradicionalmente ocupada, previsto na Constituição, representou o esforço, decorrente da disputa política sobre o caso, envolvendo a superação do instituto do indigenato, concebido por João Mendes Júnior, pelo “fato indígena”, na elaboração do ministro Menezes Direito, ou “marco temporal”, formulado pelo ministro Carlos Ayres Britto. Estas novas elaborações ainda estão submetidas a apreciação, em especial tendo presente a mudança significativa na composição do STF”.

No âmbito das discussões envolvendo o processo, havia a defesa de uma demarcação picotada, não contínua; áreas urbanas e de fronteiras, além de regiões do território com interesse mineral, ficariam de fora. “As demarcações das terras indígenas”, conforme destaca o advogado, como um dos pontos da decisão dos ministros mais importante do processo, “não podem ser feitas de forma a restringir a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo, nos rios e nos lagos. A concepção de demarcação em “ilhas” é inconstitucional”.

Diante da posição do presidente Jair Bolsonaro de levar adiante a revisão da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Paulo Machado diz que “não há possibilidade jurídica da demarcação ser revista em razão da força da coisa julgada. Ou seja, há uma sentença (denominada como Acórdão) do STF transitada em julgado”. O ex-ministro Carlos Ayres Britto, por exemplo, foi taxativo quanto ao despautério do presidente. “A decisão transitou em julgado. Foi uma decisão histórica. Para os índios, é direito adquirido”, disse o ex-ministro ao colunista Bernardo Mello Franco, de *O Globo*.

“Uma iniciativa para fortalecer a agricultura familiar indígena é através de um mercado solidário com trocas e vendas de produtos e a realização de feiras regionais e comunitárias ao longo do ano”

Trecho de dossiê  
 3 anexos

Sobre os objetivos dos impetrantes da ação, no que se refere à demarcação, o advogado explica que não lograram êxito. “Mas no esforço de mediação dos conflitos interinstitucionais que se projetaram, notadamente em razão da Faixa de Fronteira, do Parque Nacional Monte Roraima e da produção, geração e transmissão de energia elétrica e atividades econômicas, conceberam-se as 19 condicionantes, que apesar de muitas delas implicarem conflito com o art. 231 da CF, referem-se apenas a Terra Indígena Raposa Serra do Sol”, explica Machado. “Com o devido respeito à força decisória da decisão adotada pelo STF, guardo reservas em relação a esta técnica de superação de conflitos futuros”, conclui.

### 19 condicionantes e o caso de Repercussão Geral

A decisão do STF de uma década atrás estabeleceu ainda 19 condicionantes mantidas durante julgamento posterior, em 23 de outubro de 2013, mas sem efeito vinculante a outras Terras Indígenas. Raposa Serra do Sol então encerrou um capítulo na luta dos povos indígenas pela terra iniciando outro. Cumpriu-se o ditado: o armistício de uma guerra é o início da seguinte.

Conforme o relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, “a opção para (a) demarcação da Raposa Serra do Sol não traduz em ato normativo geral e abstrato em outros eventuais processos”. A Advocacia-Geral da União (AGU), no entanto, se antecipou ao julgamento e em 16 de julho de 2012 o então ministro-chefe Luís Inácio Adams fez publicar a Portaria 303.

A portaria era toda voltada a estender às demais terras indígenas do país as condicionantes. Sob forte pressão do movimento indígena, organizações indigenistas, juristas e opinião pública, Adams suspendeu a portaria semanas antes do Supremo Tribunal Federal (STF) votar oito embargos de declaração apresentados à decisão da

Corte que considerou constitucional a demarcação de Raposa Serra do Sol.

O ex-ministro afirmou que ela voltaria a valer assim que o STF julgasse os embargos, sendo três deles envolvendo questionamentos às 19 condicionantes – uma delas abordando a tese do marco temporal. Depois do Congresso Nacional solapar o mandato da presidente Dilma Rousseff, a AGU decidiu derrubar a desgastada Portaria 303 e renovar seu conteúdo durante o curto e desastroso mandato de Michel Temer.

Em um ardid, a ministra-chefe Grace Mendonça concluiu que a Portaria 303 causava controvérsia institucional, ainda mais depois de suspensão, em 11 de maio de 2016, até que estudos solicitados em 2014 à Consultoria-Geral da União (CGU) fossem conclusivos quanto a sua adequação. A ministra Grace decidiu então elaborar o Parecer 001/2017, estendendo – mais uma vez – as condicionantes impostas para todos procedimentos de demarcação do país.

Uma enxurrada de pedidos de suspensão de portarias declaratórias, pedidos de reintegração de posse e toda sorte de tentativas de embargos às demarcações passaram a tramitar na primeira instância. Em comum, a utilização da tese do marco temporal como interpretação restritiva dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Se em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Carta Máxima, a Terra Indígena reivindicada não estiver comprovadamente ocupada pelo povo que a reivindica, ou em disputa judicial, a tese afirma que a não há direito originário vinculado. O marco temporal é a principal tentativa dos opositores ao direito indígena à terra de transformar o que consideram uma derrota no caso Raposa em uma vitória contra as demarcações.

“A tese do Marco Temporal tem sido identificada como uma tábua de salvação para os setores políticos e econômicos contrários à correta demarcação e proteção das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Esta linha interpretativa deverá ainda ser melhor apreciada, já que não se pode ignorar as normas constitucionais de 1967/69, de 1946, de 1937, de 1934 e muito menos o ordenamento normativo vigente no contexto dos textos constitucionais de 1891 e de 1824”, afirma o advogado Paulo Machado.

De tal maneira que chegamos ao reconhecimento pelo STF como caso de Repercussão Geral o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng (SC). A Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (Farma) moveu uma ação de reintegração de posse contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, que ocupam uma área reivindicada – e já identificada – como parte de seu território tradicional. A terra em disputa é parte do território Ibirama-Laklanõ, que foi reduzido ao longo do século XX.

Isso significa que o que for julgado nesse caso servirá para fixar uma tese que servirá de referência a todos os casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do Poder Judiciário. Como na ação da Repercussão Geral o marco temporal é um dos argumentos estabelecidos, o efeito da decisão do STF poderá ser de cascata nos incontáveis processos de Terras Indígenas judicializadas e até mesmo demarcadas.

Sobre se o julgamento das 19 condicionantes pode interferir na apreciação da Suprema Corte referente ao caso de repercussão geral, Machado entende que “será apenas um precedente. Os ministros e as ministras deverão apreciar a questão na sua dimensão integral, sem quaisquer limitações interpretativas adotadas em precedentes do próprio STF”. ♦



Foto: CIR

Lideranças da Terra Indígena Raposa Serra do Sol durante audiência com o ministro do STF Alexandre de Moraes

# A ofensiva final contra os povos indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi\*

Enquanto percorria em motocicletas um trecho da rodovia BR-226 próximo à aldeia El Betel, na Terra Indígena Cana Brava, no município de Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão, um grupo de indígenas Guajajara foi atacado a tiros por homens armados, no dia 7 de dezembro. Dois caciques morreram: Firmino Prexede Guajajara, de 45 anos, da aldeia Silvino, TI Cana Brava, atingido por quatro disparos, e Raimundo Benício Guajajara, de 38 anos, da aldeia Decente, Terra Indígena Lagoa Comprida. Outros dois indígenas ficaram gravemente feridos: Neucy Cabral Vieira, da aldeia Nova Vitoriano, e Nico Alfredo, da aldeia Mussun, ambas da TI Cana Brava. O ataque tem todos os elementos de uma emboscada e ocorreu pouco mais de um mês depois do assassinato de Paulo Paulino Guajajara, durante emboscada de madeireiros na Terra Indígena Arariboia. O indígena Laércio Guajajara ficou ferido. Ele e mais dois Guardiões da Floresta ingressaram no Programa de Proteção à Testemunha devido às ameaças que sofrem no território.

Segundo Magno Guajajara, os indígenas foram atacados quando voltavam de uma reunião na aldeia Coquinho, onde se encontraram com diretores da Eletronorte Energia. Participaram da reunião cerca de 60 caciques e lideranças Guajajara. “Estávamos tratando do assunto da Eletronorte. Ao finalizar a reunião, os indígenas voltaram para casa de moto. Numa descida na ladeira, os parentes foram abordados e alvejados. Simplesmente atiraram nos parentes. No trajeto, baixaram o vidro e olharam para identificar se eram indígenas. Aceleraram e atiraram. Foi um tiro fatal. Ninguém sabe por que ocorreram esses disparos, essa violência, essa manifestação de ódio”, afirmou Magno Guajajara à Agência Amazônia Real. No mesmo dia 7 de dezembro morria em Manaus, capital do Amazonas, o indígena Humberto Peixoto Tuiuca, barbaramente espancado dois dias antes (leia mais no destaque).

Em nota pública, o Conselho indigenista Missionário (Cimi) afirmou que “o atentado contra lideranças indígenas Guajajara é de responsabilidade das autoridades do governo federal, que têm negado os direitos indígenas, incitado o preconceito e o ódio na população e acobertado a invasão dos territórios e a violência física contra os povos”. Já a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) declarou que os povos indígenas estão “à deriva, sem a proteção do Estado brasileiro, cujo papel constitucional está sendo negligenciado pelas atuais autoridades. O governo federal é um governo fora da lei, criminoso em sua prática política e opera de maneira genocida com vistas a nos expulsar de nossos territórios, massacrando nossa cultura, fazendo sangrar nossas raízes”.

Conforme o levantamento do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Cimi, o ano passado já registrou uma alta nos números de assassinatos contra indígenas. Foram 135 sendo que em 2017 o dado sistematizado apontou para 110 assassinatos. Desde 2003, já são 1.254 indígenas mortos nesse tipo de situação - uma média de quase 79 mortes por ano. Para este ano a tendência é de uma nova alta no resultado final. Nesta conta não entram ameaças, atentados e agressões sofridos por indígenas e aldeias em todo o país. No entorno da Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde vivem indígenas Guarani Kaiowá e Terena, os ataques são diários e realizados por seguranças privados contratados por fazendeiros que chegam às raias de transformar tratores em tanques de guerra para que homens de dentro da cabine blindada possam atirar nos indígenas sem serem atingidos por pedras e paus.



Na imagem, o corpo sem vida do cacique Firmino Prexede Guajajara: atentado com jeito de emboscada ocorreu após reunião com mais de 60 caciques

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro declarou à Agência Pública, em outubro, que “estamos assistindo a uma ofensiva final contra os povos indígenas”. Os números e episódios envolvendo a escalada da violência durante o ano de 2019 provam que a afirmação não parte de nenhum despautério, mas de uma verdade quase inacreditável..

Se as capitânias hereditárias e o horror bandeirante não conseguiram arrancar por completo os ocupantes originais destas terras, onde permaneceram em 13% delas, o objetivo, agora, é completar o processo iniciado com a invasão da América pelos portugueses. Isso, para qualquer observador e envolvido com a questão indígena, é muito

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro declarou à Agência Pública, em outubro, que “estamos assistindo a uma ofensiva final contra os povos indígenas”



O indígena Nelsi Olímpio Guajajara levou um tiro na perna e recebeu tratamento médico em Barra do Corda

claro em todas as provocações e ações anti-indígenas perpetradas pelo atual governo, principal responsável pelo atual quadro de hostilidades e mortes.

Toda esta “ofensiva final” possui um objetivo estratégico central: privatizar as terras públicas. Toda e qualquer Terra Indígena é um bem da União, de usufruto exclusivo do povo que nela vive. Isso significa dizer que são terras que não estão no mercado imobiliário, não estão à venda ou destinadas às lavouras de monocultivos e criação extensiva de gado no escopo do agronegócio. Como a orientação econômica do atual governo envolve o enxugamento do Estado com privatizações em massa, essas terras precisam ir ao mercado. Uma maneira rápida e clandestina de se fazer isso é incentivando e facilitando invasões, legitimando-as na narrativa oficial do governo. Soma-se a isso ao que Viveiros de Castro chama de “racismo territorial”, que seria um duplo racismo sofrido pelos indígenas em um país cuja concepção hegemônica é de embranquecimento social.

O resultado de tais pretensões do governo federal se traduz em números preliminares do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi): entre janeiro e setembro deste ano, ocorreram 160 invasões a terras indígenas em 19 estados superando em 40% os dados consolidados durante todo o ano de 2018, que chegou a 111 invasões. Há ainda um outro tipo de invasão, a de empresas com autorização prévia do governo. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou oito ações, na semana de novembro, com pedidos urgentes para que a Justiça Federal cancele processos minerários incidentes em 48 terras indígenas no Pará. Também foi pedido que a Agência Nacional de Mineração (ANM) indefira todos os processos atuais nessas áreas e os que surgirem antes do cumprimento das exigências legais para a autorização da atividade, que incluem a necessidade de consentimento das comunidades.

No Legislativo, apenas em 2019, 11 projetos na Câmara Federal foram protocolados, iniciando tramitação, em busca de atentar contra os direitos dos povos indígenas. Em um deles, pede-se até a suspensão da demarcação da TI Apyterewa e de área da TI Uru-Eu-Wau-wau, bastante acossadas por garimpos e madeireiros. De maneira direta, a bancada ruralista e demais parlamentares atuam para transformar terras públicas, da União, em loteamentos privados.

\*Com informações da Agência Amazônia Real



## Governo Bolsonaro: um pedaço dele na mão do mercado e o outro nas mãos de fascistas e criminosos

Por **Roberto Antonio Liebgott**, Cimi Regional Sul

O Brasil vive, talvez, o seu pior momento político, econômico, social, cultural e religioso. Nada do que se diga ou do que se escreva dará conta de explicar a complexidade desse período da história brasileira. Temos um governo composto de pessoas medíocres, imbecilizadas, preconceituosas, ambiciosas e inescrupulosas, mas que são bem aceitas e por vezes até veneradas por uma considerável parcela da população. E dentre os componentes do governo há gente que comanda a economia, seguindo rigorosamente as regras neoliberais dos banqueiros e dos grandes empresários de bebidas, remédios e alimentos. São aqueles que exigem as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa, que a curto e médio prazos vão dilacerar os direitos e a vida da população que, apesar disso, parece estar indiferente.

Evidentemente há os insatisfeitos, uma vez que vêem os seus anseios e expectativas rompidos e o sonho de uma sociedade mais igualitária e justa tornar-se pesadelo. De todo modo, a reação dos insatisfeitos é ainda inexpressiva. Raros são os segmentos da sociedade que realmente refletem e lutam para tentar impor limites à devastadora intervenção do governo nas políticas públicas de segurança, educação, cultura, saúde, emprego e habitação. Boa parte dos agentes políticos, que fazem oposição, estão preferindo ver “o circo pegar fogo” no lugar de uma ação de forma articulada, estratégica e unificada para enfrentar aquele que pode ser um dos piores e mais perenes governos de características fascistas vistos no Brasil.

Há, no entanto, que se fazer uma referência à importante e necessária resistência articulada dos povos indígenas e comunidades quilombolas, das mulheres agricultoras, sem-teto e sem-terra contra todas as medidas do governo no sentido de restringir os direitos constitucionalmente assegurados. Por outro lado, a força arrasadora dos tentáculos deste governo é cotidiana e compromete não somente os direitos à terra, à moradia e às políticas diferenciadas, mas a própria existência dos indígenas, especialmente aqueles que vivem em situação de isolamento, ou de pouco ou recente contato. A ambição e a concessão de terras para os especuladores desafiam a existência dos povos indígenas, pois são aqueles que para o atual governo não deveriam existir.

As mãos - do mercado e dos fascistas - parecem, em determinados momentos, dissociadas umas das outras. Mas elas funcionam e manejam o país a partir de um mesmo corpo para os fins propostos pelo mercado. A mão do mercado age para assegurar a rentabilidade por dentro do Estado, com sua proteção e aval, explorando a força de trabalho com menos encargos e mais mão de obra barata, explorando os recursos ambientais, minerais, hídricos, todas as terras e lucrando com a especulação financeira. Interessa, para o sistema, que as pessoas se dediquem, por toda a sua existência, a pagarem as dívidas contraídas.

A outra mão, a fascista e criminosa, age para propor o espetáculo das distrações, ou seja, o governo faz uma espécie de apelo para que as pessoas sejam cada vez mais intolerantes umas com as outras e ao mesmo tempo religiosas; sejam fundamentalistas nos costumes e nas crenças



Foto: Midia Índia

**Depois dos atentados, indígenas Guajajara bloquearam a BR-226 em protesto. Ambiente de tensão tomou conta da região**

Toda e qualquer Terra Indígena é um bem da União, de usufruto exclusivo do povo que nela vive. Isso significa, para o governo, que são terras que não estão no mercado imobiliário e, portanto, precisam ir à privatização

e façam a autodefesa, armando-se para combater o inimigo que mora ao lado, na vizinhança, no trabalho, na universidade, na escola, nas favelas, nos morros, nas periferias, no campo, nas aldeias e quilombos. A mão fascista do governo encontra sua potencialidade no miliciano, no pastor pentecostalista, no padre conservador, no ruralista, no garimpeiro, no madeireiro, no policial formado para torturar e matar nas periferias, no general desqualificado, nos filhos e amigos desinformados ou imbecilizados.

Estes são os soldados usados na defesa do governo para com ele interagir e ajudar na distração da população. Forjam discursos que a princípio não fazem nenhum sentido como o de combater comunistas, ou a menina que veste rosa e o menino o azul, ou que cada um deve ter um revólver 38 nas mãos para se defender, que as vacinas fazem mal, que a terra é plana, que refrigerante é feito com fetos abortados ou que podemos ter um novo AI-5. Enquanto tiram a atenção das pessoas, distraíndo-as da realidade, o mercado age contra cada um e cada uma, retirando-lhes direitos fundamentais, acabando com suas liberdades, a independência financeira, sua capacidade de planejar, de pensar, agir e resistir.

As ferramentas utilizadas, e que complementam os discursos e as medidas extremas de distração, são o Poder Judiciário, que se omite diante de tantos ataques a direitos; o Congresso Nacional, que aprova todas as reformas e medidas propostas pelo sistema, e a grande mídia, que apesar de ter perdido sua força de inserção na vida das pessoas serve para tentar convencer a todos e todas de que elas adquiriram direitos demais e que agora é preciso ceder.

Há, portanto, uma associação bem firmada entre os diferentes núcleos de poder no Brasil, com a extrema-direita e a direita, alicerçadas pelo neoliberalismo de tipo extremo, convergindo para o esvaziamento do Estado, a precarização do trabalho e com contratos intermitentes, a educação pública ainda mais privatizada, a desestruturação do SUS, mercantilização das florestas, sendo explorada e devastada, as águas destinadas a propriedades, indígenas e quilombolas sendo desterritorializados e todos os movimentos sociais, populares, partidos de esquerda e ativistas com direitos questionados e ações criminalizadas.

Os cenários socioeconômicos e políticos do Brasil indicam que, nesse ritmo, onde há comunhão de interesses entre os que governam e os que exploram o país, haverá vida longa ao bolsonarismo.

## Assassinato de indígena Tuiuca é o quarto com mesmo perfil a ocorrer este ano em Manaus

Por **J. Roshá**, Cimi regional Norte I AM/RR

Em nota divulgada no dia 7 de dezembro, a Arquidiocese de Manaus informou a morte de Humberto Peixoto, que trabalhava na Cáritas Arquidiocesana e assessorava a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Humberto era indígena do povo Tuiuca, região do rio Negro, noroeste do Amazonas. Ele tinha 37 anos e deixa esposa e uma filha de cinco anos. O Tuiuca é o quarto indígena morto na cidade de Manaus ao longo de 2019.

De acordo com a nota, “na última segunda-feira, dia 2 de dezembro, Humberto foi espancado quando retornava para sua casa, por volta das 15h. Foi um ato de extrema violência que o deixou internado em estado gravíssimo, com afundamento do crânio, fêmur quebrado e perfuração na cabeça, o que provavelmente levou à morte encefálica na terça-feira e, na manhã deste sábado, veio a óbito”.

Conforme pessoas próximas ao indígena, Humberto havia participado de uma reunião na Cáritas na tarde de segunda-feira (2). No dia seguinte receberam a informação de que ele estaria internado em uma unidade de saúde no bairro do Coroado, Zona Leste de Manaus. Após contato com familiares, ficaram sabendo da gravidade do fato e de que ele teria sido agredido.

Até o momento, não há certeza da motivação do crime. Para alguns, pode ter sido vingança praticada por criminosos do bairro onde Humberto morava, pois ele não se intimidava com as ações deles.

Humberto Peixoto é o quarto indígena morto na cidade de Manaus ao longo de 2019. Em 27 de fevereiro, o cacique Francisco de Souza Pereira, de 53 anos, foi executado na residência onde morava, na rua Bahia da Comunidade Urucaia, Conjunto João Paulo, bairro Nova Cidade.

No dia 13 de julho, Willame Machado Alencar, de 42 anos, conhecido como ‘Onça Preta’, foi morto com cinco tiros, na ocupação Cemitério dos índios, bairro Nova Cidade, zona norte de Manaus. Carlos Alberto Oliveira de Souza, de 44 anos, Apurinã, foi morto no dia 06 de agosto após ser alvo de disparos de arma de fogo efetuados por homens encapuzados, na Avenida Maria Marrero, na comunidade Conjunto Cidadão 12, localizado na Cidade Nova, Zona Norte de Manaus.

Os indígenas viviam em bairros da periferia ou em ocupações da cidade de Manaus com forte presença do narcotráfico.



Foto: Cáritas Arquidiocesana

**Humberto Peixoto Tuiuca é o quarto indígena morto na cidade de Manaus ao longo de 2019**

# Vale tem centenas de requerimentos para explorar terras indígenas na Amazônia

Por **Maurício Ângelo**, do Observatório da Mineração

Tudo em torno da Vale é gigante. Maior mineradora do Brasil e a segunda maior do mundo, a Vale já explora também a maior mina de minério de ferro do planeta, em Carajás, no Pará. Mas os planos da empresa incluem a exploração mineral em diversas terras indígenas na Amazônia.

Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que a Vale tem 236 pedidos registrados na Agência Nacional de Mineração para explorar sobretudo ouro na Amazônia Legal. Grande parte são requerimentos de pesquisa, o primeiro passo para a autorização da exploração.

São 13 terras indígenas diferentes nos planos da mineradora. Prevista pelo artigo 231 da Constituição, a exploração só pode ocorrer se regulamentada pelo Congresso e após ouvir as comunidades afetadas.

O governo Bolsonaro, no entanto, tem uma proposta pronta para autorizar a exploração em terras indígenas e deve enviar ao Congresso a qualquer momento, confirmou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Em que pese que Rodrigo Maia, presidente do Congresso, ter afirmado que arquivará o projeto do governo, a pressão é forte, antiga e ganha corpo com um governo abertamente anti-indígena, que tem “o garimpo no sangue” e que é lobista dos interesses minerários de grandes corporações. Procurado para comentar a questão, o Ministério de Minas e Energia se recusou a atender a reportagem.

## Trombetas/Mapuera, Munduruku e Xikrin são as principais TI's visadas pela Vale

Entre os 236 pedidos, destacam-se a terra indígena Trombetas/Mapuera, que está localizada entre Roraima, Amazonas e Pará, com 68 requerimentos, a TI Munduruku, no Pará, com 52 requerimentos, a TI Xicrin do Rio Catete (PA), com 37, a Kayabi (PA), com 35 e a Mengraknoti/Baú (MT/PA), com 26.

Mais de 90% dos pedidos se referem a requerimento e autorização de pesquisa e requerimento e concessão de lavra para explorar ouro. Mas há também outros minérios na lista, como níquel, estanho, chumbo, cobre, manganês, diamante, berílio, prata e platina.

Em entrevista à reportagem, Edinho Souza, vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), afirmou que não tinha ciência desse interesse da Vale na TI de Trombetas. Mas que a posição dos povos indígenas é categórica em recusar qualquer exploração mineral.

“Enquanto movimento indígena a gente não tem nenhum interesse em mineração em TI's. Isso para nós é uma tragédia anunciada. Acaba afetando diretamente a nossa vida com um impacto ambiental muito grande. A gente enxerga como um desastre completo. Não há interesse algum nem de discutir nem de regulamentar”, disse.

Edinho também rechaça o histórico da Vale e lembra que o governo Bolsonaro muitas vezes tenta cooptar indígenas que não tem qualquer representatividade entre os povos.

“A gente tem o histórico da Vale e o próprio governo com essa bancada dando carta branca para uma empresa que é criminosa, considerando o que aconteceu em Mariana e Brumadinho. Com esse incentivo do governo hoje cresceu muito essa onda da violência, da invasão,



Garimpo ilegal de cassiterita na Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, Amazonas

garimpeiros realmente achando que pode garimpar em qualquer parte do estado. Bolsonaro às vezes usa até algum parente indígena para dizer que somos a favor do garimpo. Lembro: essa não é a posição dos povos indígenas enquanto movimento”, afirmou.

Em coletiva de imprensa realizada em Brasília em que estiveram presentes 50 lideranças Munduruku e a reportagem cobriu, Maria Leusa Munduruku também rebateu o uso político de alguns indígenas e a mineração em TI's.

“Somos contra a mineração e todo tipo de empreendimento no nosso território. O governo às vezes pega um indígena dizendo que representa nosso povo, isso não é verdade. O governo pega falsas lideranças. Não aceitamos esse tipo de coisa nem vamos aceitar”, disse.

O povo Munduruku também afirmou que tem ciência dos requerimentos minerários da Vale que incidem sobre o seu território, no Tapajós no Pará, e que em reunião com representantes do Ministério Público Federal pediram o cancelamento desses requerimentos. O MPF não quis comentar.

Há precedente: em setembro, a Justiça Federal atendeu a um pedido de liminar do Ministério Público Federal do Amazonas e cancelou 1.072 requerimentos (equivalente a 96% do total) relativos a pesquisa ou concessão para mineração em terras indígenas no AM.

Pesquisa do Datafolha de 2019 mostrou que 86% dos brasileiros rejeitam mineração em terras indígenas. A reprovação é de no mínimo 80% em todas as regiões, escolaridades, idades e faixas de renda dos entrevistados.

São 13 terras indígenas diferentes nos planos da mineradora. Prevista pelo artigo 231 da Constituição, a exploração só pode ocorrer se regulamentada pelo Congresso e após ouvir as comunidades afetadas

Procurada pela reportagem, a Vale alegou um número de requerimentos diferente do informado pela Agência Nacional de Mineração. De acordo com a empresa, são 76 requerimentos “ativos”. Quando solicitada a listar os detalhes desses 76 requerimentos, no entanto, a Vale não se manifestou. Diz a nota da empresa:

“A Vale informa que possui, atualmente, 76 processos minerários ‘ativos’ no sistema de processos da Agência Nacional de Mineração cujas áreas interferem total ou parcialmente com terras indígenas. A empresa esclarece, entretanto, que o status de ‘ativo’ se refere exclusivamente à situação do processo no órgão e não significa que haja nenhuma atividade de pesquisa ou lavra sendo conduzida nessas áreas.

Por fim, a Vale reforça que segue rigorosamente a legislação que rege o aproveitamento dos recursos minerais no país e, portanto, não realiza qualquer atividade de estudo de pesquisa ou lavra de qualquer natureza em terras indígenas.”

## Sigilos requeridos pela Vale em 2019

De fato, a Vale não poderia realizar qualquer atividade de lavra e pesquisa em terras indígenas porque, como dito, isso ainda não foi regulamentado no Brasil. Mas não é só a alta probabilidade de que esse cenário mude a qualquer momento que pode abrir a brecha para que a Vale e outras empresas sigam com seus planos.

Os dados obtidos pelo Observatório mostram que a Vale solicitou sigilo de informação minerária em abril de 2019 para ANM em três requerimentos, dois referentes a níquel na TI Xikrin do Rio Catete e um de estanho na TI Apyterewa. Isso é algo que as mineradoras puderam passar a recorrer a partir de uma resolução da ANM de 2019.

Disse a agência para a reportagem:

“Tendo em vista a Resolução da ANM nº 1, de 2019 as empresas podem solicitar sigilo junto ao processo minerário, mas não significa que o pedido de sigilo foi analisado e concedido pela ANM, apenas que a empresa solicitou o sigilo”.

Foto: Vinicius Mendonça/Ibama



Foto: Ibama



Foto: Povo Munduruku

Ibama realiza operação contra garimpos em terras Kayapó

Garimpo na Terra Indígena Munduruku: povo denuncia sistematicamente ações garimpeiras em seu território

Entre os 236 pedidos, destacam-se a terra indígena Trombetas/Mapuera, que está localizada entre Roraima, Amazonas e Pará, com 68 requerimentos, a TI Munduruku, no Pará, com 52 requerimentos, a TI Xicrin do Rio Catete (PA), com 37, a Kayabi (PA), com 35 e a Mengraknoti/Baú (MT/PA), com 26



Foto: Daniel Marengo/Agência O Globo

Garimpos afetam a Terra Indígena Yanomami levando medo às aldeias

Ou seja: oficialmente, a Vale tem se movimentado para evitar que informações sobre esses processos venham a público.

### Movimentações processuais também em 2019

O caso da TI Apyterewa chama a atenção. Uma área de 773 mil hectares próxima a Carajás e que está na área de influência da usina de Belo Monte, a TI já sofre há algum tempo com o desmatamento, atividades ilícitas e falta de fiscalização na região.

Os dados da ANM registram movimentações da Vale em exploração de prata na TI Apyterewa em 2019. Primeiro, "AUT PESQ/RELATORIO PESQ PARCIAL APRESENTADO EM 26/03/2019". Depois, "AUT PESQ/PAGAMENTO TAH EFETUADO EM 31/07/2019".

De acordo com a ANM, em resposta, isso "significa que a empresa protocolizou o relatório parcial de pesquisa, mas a ANM não irá se manifestar sobre esse Relatório, tendo em vista que é um processo minerário em TI e não vamos analisar tal documento visto a sua natureza".

### Na prática, esses processos tem avançado.

Chama a atenção também dezenas de pedidos da Vale com a informação de que a área foi desbloqueada judicialmente em 19 de setembro de 2018. Em nota, a ANM disse que – claro – não se trata de uma autorização da justiça para a exploração mineral porque isso no momento não é possível, mas que algum desbloqueio foi feito.

Já a Vale informou que "não há nenhuma implicação prática para a Vale, na medida em que a informação de

bloqueio/desbloqueio não tem qualquer relação com eventuais interferências com terras indígenas e não autoriza ou desautoriza que nenhuma atividade de pesquisa ou lavra seja executada em tais áreas".

### Traduzindo: o imbróglio permanece.

Chama a atenção também que 214 dos 237 requerimentos da Vale que incidem sobre terras indígenas (um é na Bahia, portanto fora da Amazônia no dado original de 236) foram feitos em 1995, 1996 e 1997. Portanto, nos anos imediatos antes da privatização da empresa. A Vale foi formalmente privatizada em maio de 1997. Oficialmente, a Vale já explora ouro na mesma região de Carajás há décadas.

Questionada novamente pela reportagem sobre as movimentações registradas pela ANM, a empresa informou que "os 76 processos ativos constam do volume total divulgado pela ANM, cuja lista mostra tanto os processos "Ativos" como os "Inativos". Entende-se como "Inativos" títulos que já foram renunciados, desistidos, repassados para outros titulares e que a agência ainda não procedeu com averbação de tais atos".

Pressão aumenta em Brasília

"Recebo e arquivo, recebo e arquivo. A gente não pode usar o argumento de que está tendo mineração ilegal para liberar. Vamos acabar com mineração ilegal, com garimpo ilegal. Coibir atos ilícitos. Primeiro, o governo cumpre seu papel de fiscal, de coibir o ilegal, o desmatamento, os garimpos. Depois disso, vamos discutir em que condições pode-se avançar", afirmou Rodrigo Maia sobre o projeto do governo Bolsonaro para liberar mineração em terras indígenas.

O histórico mostra que a equipe de Bolsonaro tem atuado desde o primeiro dia de governo, no entanto, para formular o projeto, acelerar a tramitação interna, passar por cima da consulta prévia aos povos indígenas prevista pela Constituição e aprovar o projeto.

Bento Albuquerque, ministro de MME, dedicou as primeiras semanas no cargo para se reunir com mineradoras e lobistas do setor, como mostrei aqui no Observatório de forma exclusiva.

Em março, Albuquerque tratou de literalmente vender a possibilidade de exploração em terras indígenas no maior evento da mineração, realizado no Canadá. A intenção foi tão forte que essa foi a primeira vez que o Brasil se tornou até patrocinador do evento. Uma mesa de negociação aberta com as principais empresas do setor.

E Albuquerque não foi o único ministro que andou se reunindo com garimpeiros, invasores de terras indígenas e interessados na exploração mineral da Amazônia.

É pouco provável que Rodrigo Maia cumpra a sua promessa. Se cumprir, nada garante que o governo não continuará se movimentando para concretizar os seus planos.

Enquanto questões práticas e legais correm em Brasília, os povos indígenas já vivem na pele os impactos do garimpo ilegal. Em entrevista ao Observatório, Ailton Krenak, uma das principais lideranças indígenas da história do Brasil, fez uma análise definitiva sobre a situação. Abre aspas:

"A regulamentação daquele princípio que tá na Constituição independe do fato real de que a Amazônia está sendo depredada, invadida, destruída e de que esses governos corruptos estão fazendo lobby no mundo inteiro para trazer as transnacionais para ocupar a Amazônia. Essa é a questão.

A disputa que temos hoje não se limita a um procedimento de regulamentar qualquer preceito constitucional. Enquanto eles fingem que estão respeitando a questão legal, o garimpo, a invasão das terras indígenas é um fato. O Congresso pode ficar discutindo mais 10 anos, quando terminar o debate as Terras Indígenas foram todas invadidas. Essa é a questão real. Essa ilha da fantasia que é Brasília é um faz de conta de tudo, não tem nada acontecendo.

Quando esse homem irresponsável (Bolsonaro) solta uma dessas frases irresponsáveis ele despeja 10 mil, 30 mil garimpeiros dentro de uma terra indígena. Ele lidera um exército de zumbis que vai para onde ele manda. Gente que não sabe ler o que está na Constituição". ♦

# A golpes de pau e pedras, jovem Guarani é assassinado no oeste do Paraná

Por **Adi Spesia**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

**D**emilson Ovelar Mendes, do povo Avá-Guarani, foi assassinado a pauladas e pedradas no município de Guaíra, oeste do Paraná, no dia 14 de novembro. Seu corpo foi encontrado em uma plantação de soja, a cinco quilômetros do tekoha lugar onde se é – Jevy, onde vivia com a mãe e três irmãos.

Tido pelos parentes como um rapaz tranquilo e de pouca fala, Demilson teria saído da aldeia rumo à Vila Eletrosul. De acordo com Ilson Gonçalves, cacique do tekoha Y Hovy, um dos 14 localizados em Guaíra, o jovem estaria num bar na Vila e por volta das 17 horas foi visto pela última vez conversando com dois rapazes de moto, os quais não foram identificados.

A polícia encontrou o corpo a pouco quilômetros do bar, já sem vida e bastante machucado. “Perto das oito da noite vimos as viaturas e uma ambulância passar em direção à plantação de soja. Não imaginamos que se tratava do assassinato de um dos parentes”, conta o cacique.

Ele ainda relata que soube do assassinato apenas no feriado, já no dia 15, pela manhã, quando os agentes policiais o procuraram na aldeia para pedir ajuda na identificação do corpo. “Mandamos a foto dele para todos os parentes que tínhamos contato até que, por volta de meio dia, conseguimos identificar que era do Demilson”, conta o cacique Ilson.

Os Guarani não entendem o que motivou o jovem a sair de casa ao entardecer, já que é bastante comum injúrias e ameaças serem desferidas contra os Avá-Guarani por conta do contexto e reivindicação territorial. Moradores urbanos e rurais, por desinformação, temem perder suas casas quando o território for demarcado.

“O que é uma grande ilusão, nossos antepassados já viviam aqui. Só o fato de ser indígena é motivo para sofrer violência física, moral ou verbal”, denunciam os Avá-Guarani. Os Avá-Guarani relatam o aumento dos conflitos na região e atribuem ao fato de seu território não ter sido demarcado. Não raro, as investidas se traduzem em agravos físicos causando apreensão na comunidade.

## Destruição do acampamento na retomada

Em protesto ao assassinato de Demilson, os Avá-Guarani fizeram no último domingo, 17, uma retomada no local onde aconteceu o assassinato de Demilson. Os indígenas montaram um acampamento com barracas

“Só o fato de ser indígena é motivo para sofrer violência física, moral ou verbal”

quando tudo aconteceu, mas dois índios do nosso grupo conseguiu chegar antes dos fazendeiros irem embora de moto”, relata Paulina Martines, liderança do tekoha Y’hohy.

Quando os dois indígenas citados se aproximavam do local do acampamento, avistando a fumaça, foram surpreendidos e ameaçados com arma de fogo. “Um dos fazendeiros se aproximou do parente e mandou tirar o capacete. Quando ele tirou, já apontou a arma em direção do peito e da cabeça de um deles dizendo que não era mais pra fazer retomada no mesmo local. Caso viesse a montar acampamento e colocar faixas outra vez, os matariam”, conta Paulina.

O ocorrido foi registrado em um boletim de ocorrência na 13ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Guaíra, onde os Guarani detalham as ameaças e também os agressores para que as autoridades possam prosseguir com as investigações.

Obrigados a viver sob violência e retaliação, os indígenas exigem que se faça uma investigação aprofundada, com o intuito de não deixar o crime impune.

de lona e estenderam faixas repudiando o assassinato.

Na manhã desta segunda-feira, 18, quatro homens invadiram o acampamento queimando as barracas e faixas. “Não conseguimos identificar os quatro homens, o ataque foi realizado enquanto um grupo havia se dirigido à aldeia pra buscar mais coisas

“O fazendeiro apontou a arma em direção do peito e da cabeça de um dos indígenas dizendo que caso viesse a montar acampamento e colocar faixas outra vez, os matariam”

A violência e as constantes retaliações sofridas pelos Guarani são alvos de denúncias ao Ministério Público Federal (MPF).

## Atentado recente

Há três semanas, o cacique conta que também sofreu um atentado: “um carro passou e disparou dezenas de tiros em direção à minha casa. Sofremos preconceito e violência constantemente. Por isso, os Guarani evitam sair sozinhos à noite”.

Da mesma forma, em dezembro do ano passado, outro indígena Avá-Guarani, Donecildo Agueiro, do tekoha Tatury, foi vítima de um ataque a tiros, quando saiu de uma reunião com a Coordenação Técnica Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai). Um dos disparos atingiu o jovem de 21 anos e o deixou tetraplégico.

O assassinato de Demilson e os ataques a Donecildo e Ilson são reflexos da omissão do Estado brasileiro em não dar seguimento à demarcação dos territórios indígenas. Conforme os dados do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, sistematizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no último ano foram registrados 109 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio” antes 96 casos sistematizados em 2017. Nos nove primeiros meses deste ano, dados parciais do Cimi contabilizam 160 casos. ♦



Na imagem, retomada realizada pelos Guarani Mbya após o assassinato de Demilson: acampamento e faixa foram destruídos

Assine o  
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
Banco Bradesco  
Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios  
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655  
SKYPE: Adm Jornal Porantim  
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



# Duas escritoras indígenas: a batalha da poesia

Por José Ribamar Bessa Freire, do Taqui Prati

Os filiados ao Partido Sem Literatura (PSL vixe vixe) se perguntam: Poesia se come com farinha? Afinal, para que servem poetas? A complicação aumenta quando se trata de poetas indígenas e podemos indagar: as narrativas orais ameríndias, de autoria individual ou coletiva, são apenas material etnográfico ou fazem parte da literatura? Qual o impacto delas na literatura brasileira? Por que autores e autoras indígenas permanecem excluídos da escola, da mídia, dos cursos de letras das universidades e não figuram na história da nossa literatura?

Essas questões foram discutidas no dia 6 de novembro por duas escritoras residentes no Rio: Sandra Benites (*Ara Reté Guarani*) e Zélia Balbina (*Ponan Puri*). Foi na mesa “Literatura indígena em letra, voz e imagem” mediada por este locutor que vos fala, durante o X Encontro do Fórum de Literatura Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ,

## Caminhos da memória

– Nós chamamos a narrativa de *tapé*, que em língua guarani significa caminho. A narrativa nos indica o caminho a seguir. Ela é um movimento da memória e organiza a sociedade na qual a gente vive. A memória pode deixar marcas de rancor, de tristeza ou de alegria, mas traz sempre o *arandu*, que são os saberes repassados através das narrativas orais – disse Sandra Benites, que é *Nhandeva* por parte de mãe e *Kaiowa* pelo lado paterno.

Em sua infância na aldeia de Porto Lindo (MS), onde casou aos 16 anos e se tornou mãe de quatro filhos, Sandra ouviu sua avó narrar as longas histórias de *Nhandesy Eté* (Nossa Mãe verdadeira) – figura feminina da cosmologia guarani – que ensina como viver na terra, controlar o próprio corpo e escutar o outro. Na organização social guarani, *Nhandesy* funciona como uma espécie de arquivo vivo da sabedoria das mulheres.

Atualmente doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, orientada pela linguista Bruna Franchetto, Sandra já alfabetizou crianças em guarani. Ela se formou professora no Curso *Kua’a Mbo’e* (Conhecer, Ensinar) que produziu coletivamente o livro bilingue *Mainoi Rapé* (o Caminho da Sabedoria). Contou como usou na Escola Guarani o poema – quase um *hai-kai* – de Avaju Poty, que figura no livro publicado nas duas línguas, cuja versão em português expressa:

Borboleta amarela  
 no céu azul  
 infinita beleza  
 não fazer mal a ninguém  
 infinita beleza.

Sandra deu aulas durante três meses, só com esse poema, para uma turma do ensino fundamental. Trabalhou com as crianças o conhecimento do guarani e do português, a literatura, o sistema de cores, a religião, as ciências da natureza, o ecossistema e noções de ética e de estética. Levou os alunos para a mata, onde depois de muita espera presenciaram uma borboleta romper o casulo e liberar as asas. A borboleta por si só é bela, mas sua beleza é ainda maior porque não faz mal a ninguém. O uso da poesia na escola foi abordado também pela outra palestrante.



## Os descaminhos

Zélia Balbina pertence a uma etnia sem aldeias, que foi considerada extinta, embora o Censo do IBGE de 2010 tenha dado conta da existência de 675 Puri distribuídos pelo Rio, Minas, Espírito Santo e São Paulo. O movimento de ressurgência Puri, criado em 2013, já publicou oito livretos na Coleção Semear, de diferentes autores, incluindo uma coletânea literária, falas e cantos Puri, histórias para crianças, plantas medicinais e *Poesia em Movimento* escrito pela própria Zélia.

A poesia Puri vem entrando em escolas do Rio através de oficinas literárias, intituladas “Descaminhos”, realizadas por Zélia e por outros autores como Dauá Puri, Niara do Sol e Náma Puri. Poeta, produtora de cinema, nomeada Embaixadora da Paz pela Academia da Suíça, Zélia quer dar visibilidade a seu povo “que há muito foi banido de suas terras, foi apagado dos livros escolares e ficou invisível”. Durante sua fala na mesa, depois de cantarolar um canto Puri, falou:

– De repente, me dei conta que não sou vista como “indígena”, porque não tenho uma aldeia, nem falo a língua Puri no cotidiano, afinal dizem que fomos extintos. Então o que sou eu? Sou o resto de tudo aquilo que fomos um dia – ela diz.

As duas línguas são portadoras de saberes em literatura. Mas enquanto o Guarani possui milhares de falantes em centenas de aldeias de dez estados brasileiros e em vários países da América do Sul – Paraguai, Argentina e Bolívia – a língua Puri só tem alguns “lebrantes”, vários “cantantes” (*canarêmundê*) e muitos “buscantes”. Obrigaram os Puri a calar a boca (*kandl’ô*) e a deixar de falar (*koiah*) a língua original, agora eles estão correndo atrás do prejuízo.

## Etnopoética

Autores indígenas que se inspiram nas narrativas orais de seus povos, como Sandra Benites e Zélia Puri, se coadunam com a *Etnopoética Nativa Americana*, segundo a denominação dada pelo sociolinguista e antropólogo norte-americano, Dell Hymes, que fundou, em 1972, a revista “Linguagem na Sociedade”. Ele define a narrativa mítica indígena como a primeira manifestação literária do

“Nós chamamos a narrativa de *tapé*, que em língua guarani significa caminho. A narrativa nos indica o caminho a seguir”,  
 diz a poetisa Sandra Benites

nosso continente. Sua obra reforça o enunciado pelas duas autoras sobre a necessidade dessa literatura, cujas funções, entre outras, são a de entretenimento, de ensinamento moral, de terapia, de portadora dos saberes tradicionais.

No entanto, Dell Hymes questiona a classificação das narrativas míticas em gêneros estanques como conto, mito, poesia, nas quais elas não se enquadram, porque cada uma delas participa de vários gêneros literários sem pertencer a nenhum em particular. Além disso, o fato de traduzi-las do registro oral para o escrito, é uma operação similar à de levar um doente para uma casa de saúde. A escrita funciona aqui como um hospital da palavra, de onde devem sair “curadas” para circularem livremente no universo da oralidade.

Em países como os Estados Unidos, a literatura indígena vem sendo levada a sério pela academia. A Universidade da Califórnia publicou uma monumental coleção em 23 volumes, entre 1970 e 1992, sob o título *Folk literature of South American Indians* editada pelo prof. Johannes Wilbert. São milhares de páginas com relatos indígenas, que constituem apenas uma pequena parcela do corpus narrativo recolhido no séc. XX em cinco países da América do Sul, incluindo o Brasil.

O X Encontro do Fórum de Literatura Contemporânea contou com vários debates. A outra mesa de quarta-feira tratou da “batalha da poesia” e teve como integrantes Carol Dal Farra, Anélia Pietrani, Tchello d’Barros e, via video, Leila Miccolis.

– Cada uma das mesas renderia todo um congresso – avaliou o organizador do evento, Dau Bastos, professor de literatura brasileira.

## Lula livre, Paulino morto

Para os que defendem a poesia, duas notícias relevantes para a História do Brasil. Uma muito triste: Paulino Guajajara, um dos “guardiões da floresta”, que lutava pelo futuro de todos nós, foi assassinado por madeireiros no Maranhão. A outra muito alegre: Lula livre. A coluna hesitou entre uma e outra como tema central, mas por ambas terem merecido ampla cobertura da mídia, ficamos na terceira margem com a literatura indígena. ♦

P.S. – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### I. Publicações Puri da Coleção Semear de 2018, cada um com 32 páginas.

- 1) Balbina, Zélia (Ponan Puri). *Poesia em movimento*.
- 2) Dauá Puri. *Tempos de Escuta. Histórias Infantis*.
- 3) Dauá Puri. *Tempo de Escuta. Alkeh Poteh*.
- 4) Náma Puri (Carmelita Lopes) *Casos & Causos da Memória afetiva*.
- 5) Niara do Sol. *Plantas que curam*.

6) Coletivo Puri & Amigos. *Falas & Cantos Puri*.

7) Coletivo Puri & Amigos. *Coletânea Literária*.

8) Marcelo Sant’Ana Lemos. *Vocabulário Puri*. (Português-Puri) Secretaria de Cultura do Estado do Rio. 3ª. edição.

### II) Publicação Guarani:

- 1) Telles, Lucília Silva (coord). *Mainoi Rapé – O caminho da sabedoria*. Rio. IPHAN.CNFPUC.UERJ. 2009

### III. Outras Publicações:

- 1) Sá, Lúcia: *Literaturas da Floresta. Textos amazônicos e culturas latino-americanas*. Rio. Eduerj, 2012
- 2) Medeiros, Sérgio (org), *Makunaima e Jurupari. Cosmogonias Ameríndias*. São Paulo. Editora Perspectiva. 2202
- 3) Hymes, Dell. “In vain I tried to tell you”. *Essays in Native American Ethnopoetics*. Philadelphia. UPP Press. 1981
- 4) Freire, José R.B. *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. Rio. Eduerj. 2011 (2ª. edição)

# A emergência do fenômeno indígena na América Latina

Por **Roberto Malvezzi**, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

**H**á uns dez anos, nos encontros do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), já se falava na emergência do fenômeno indígena na América Latina. O próprio Vaticano já enviava seu observador para essas reuniões, com foco particular nessa questão.

Já naquela época o que parecia novo era a questão Mapuche no Chile, Guarani entre Brasil e Paraguai e Yanomami nas fronteiras de Brasil e Venezuela. Já se constatava que o fenômeno indígena tinha duas alavancas consideradas perigosas por muita gente: a reconquista dos territórios e a retomada de suas culturas, particularmente as teologias índias.

Nesses últimos dez anos a questão deixou de ser um fenômeno surpreendente para ser uma realidade. A defesa da bandeira dos povos originários na Bolívia – Whiphala – confirma que esses povos da América do Sul vieram para reconquistar o lugar e o espaço que lhes foi usurpado quando da invasão ibérica no continente que lhes pertencia, mas também retomar sua própria identidade.

O fenômeno indígena assusta uma elite branca, que conquistou esse continente, escravizou ou marginalizou esses povos, que promoveu um verdadeiro genocídio durante séculos, que deu por extintos esses povos em muitos lugares – como os índios do Nordeste do Brasil –, mas que agora os veem reerguendo a cabeça, suas culturas, suas teologias e lutando pela reconquista de seu espaço.

As lutas repressoras, as tentativas de destruição moral, cultural e mesmo física desses povos também reemerge com mais violência: é a destituição do poder, como na Bolívia; é o avanço sobre seus territórios, como no Brasil; é a tentativa da destruição moral e cultural como sempre foi durante os séculos; ou simplesmente a política integracionista que nunca deu resultado, como é o caso mais uma vez do governo brasileiro.

Qual a possibilidade concreta de que, finalmente, os que se consideram brancos e supremacistas, possam realmente eliminar os povos originários? Praticamente nenhuma, a não ser promover alguma chacina nos tempos atuais, mas que também essas, como ao longo da história, são incapazes de eliminar esses povos. Eles lidam com longos períodos históricos, muitas vezes milenares, que não obedecem à lógica imediatista do capital internacional que deseja suas terras, suas riquezas e que os vê como inimigos do progresso.

Porém, nos tempos atuais esses povos não estão a sós. No documento do Sínodo para a Amazônia, a Igreja Católica faz uma virada copernicana a respeito desses povos. E ela não está só nessa nova visão:

“O pensamento dos povos indígenas oferece uma visão integradora da realidade, capaz de entender as múltiplas conexões entre tudo o que é criado. Isso contrasta com a corrente dominante do pensamento ocidental, que tende a se fragmentar para entender a realidade, mas falha em re-articular o conjunto de relações entre os vários campos do conhecimento. O gerenciamento tradicional do que a natureza lhes oferece foi feito da maneira que hoje chamamos de gerenciamento sustentável. Também encontramos outros valores nos povos nativos, como reciprocidade, solidariedade, senso comunitário, igualdade, família, organização social e senso de serviço” (Sínodo para a Amazônia, no 44).

A crítica desse texto ao chamado pensamento ocidental é funda e de ruptura com essa matriz de pensamento, isto é, o pensamento ocidental é necessariamente fragmentado, incapaz de rearticular o conjunto das relações. Já os povos originários têm uma visão integral e integradora da realidade.

Não é uma negação total do pensamento ocidental, mas uma crítica à sua incapacidade de integrar o todo. Portanto, como tantas vezes expressa o Papa Francisco, o futuro da humanidade e da Terra passa também pela epistemologia e pelos saberes desses povos. Sozinho, o



**Bandeira Mapuche é hasteada durante protesto no Chile contra o governo de Sebastián Piñera**

pensamento ocidental não tem como resolver o drama humano, inclusive o da sobrevivência na face da Terra.

Hoje muitos pensadores ocidentais, diante dessa lacuna do pensamento ocidental, propõe como novo paradigma das ciências o “pensamento complexo”. Edgar Morin, um dos expoentes dessa linhagem, chega afirmar claramente que “a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução” (MORIN, pg. 06). Portanto, não há respostas prontas, há que se fazer novos caminhos, e os povos originários das Américas tem muito a contribuir nessa realidade. Provavelmente, há muito que se aprender com os povos originários de todo o mundo.

O diálogo com as teologias índias me pareceu a mais surpreendente e revolucionária das propostas advindas do Sínodo para a Amazônia:

“Teologia índia, teologia voltada para a Amazônia e piedade popular já são riqueza do mundo indígena, sua

cultura e espiritualidade (nº 54)... Todos somos convidados a abordar os povos da Amazônia da mesma forma, respeitando sua história, suas culturas, seu estilo de ‘bem viver’ (nº 55)... Especificamente, propõe-se aos centros de pesquisa e pastoral da igreja que, em aliança com os povos indígenas, estudem, compilem e sistematizem as tradições das etnias amazônicas para favorecer um trabalho educacional baseado em sua identidade e cultura, que ajudem a promoção e defesa de seus direitos, preservar e disseminar seu valor no cenário cultural latino-americano” (nº 56).

Um evento preparatório do Sínodo, em Macapá, um indígena nos colocava sua teologia diante da proposta da Ecologia Integral. Tomando a palavra, sempre de forma muito educada e respeitosa, em outras palavras, ele nos disse:

“Essa proposta da Ecologia Integral é muito interessante, mas é para vocês que são brancos. Nós já vivemos assim. É que para a teologia de vocês, cada pessoa tem uma alma



**Manifestação Mapuche em Santiago do Chile: em 2019, indígenas do país foram às ruas contra medidas neoliberais**

Qual a possibilidade concreta de que, finalmente, os que se consideram brancos e supremacistas, possam realmente eliminar os povos originários? Praticamente nenhuma

O fenômeno indígena assusta uma elite branca, que conquistou esse continente, escravizou ou marginalizou esses povos, que promoveu um verdadeiro genocídio durante séculos

(espírito) individual. Para nós, não. Existe só um grande Espírito, que está em mim, está em cada um de vocês, está na onça, nas árvores, em cada ser vivo. Por isso, a onça é minha irmã, a árvore é minha irmã, cada um de vocês é meu irmão e minha irmã. Portanto, eu não posso matar uma onça, porque mato a minha irmã. Eu não posso derrubar uma árvore, porque estou derrubando a minha irmã. Quando é necessário, pedimos perdão e nos comprometemos a replantar essa árvore em algum lugar”.

Essa teologia será facilmente acusada de animista, de panteísta por nossas teologias cristãs. Mas, o problema não é que seja animista ou panteísta, mas que nos recusamos a dialogar sobre a beleza e a profundidade escondida nessa teologia, no que diz respeito ao cuidado, ao respeito por cada ser vivo, por cada criatura. Se formos capazes de ouvir o que essa teologia tem a nos dizer, já seria um grande passo na compreensão do outro e na busca de caminhos fundamentais para uma verdadeira Ecologia Integral.

Ouvir esses povos, escutar suas teologias, aprender com eles, desaprender nossa hegemonia e nossos colonialismos, recusar o proselitismo, são todos elementos de uma nova postura, já tardia, mas ainda em tempo de acolher a contribuição desses povos para o bem da Amazônia, da humanidade e de toda a Terra.

Embora a tendência clara da humanidade atual seja na direção de um “armagedon”, pela agressão a Terra, pela ascensão da extrema-direita, pelo desprezo ao ser humano empobrecido e migrante, pela destruição em massa da vida na Terra, Leonardo Boff nos oferece um outro viés, talvez mais sutil e escondido, mas que reflete o mais profundo dos humanos solidários e conscientes da beleza e grandeza da vida. Escreve ele:

“Para ganhar alguma luz convém pensar estas questões em termos da física quântica e da nova cosmologia. A evolução não é

linear; ela acumula energias e dá saltos. Assim também nos sugere a visão elaborada por Niels Bohr e por Werner Heisenberg: virtualidades escondidas, vindas do Vácuo Quântico, daquele Oceano indecifrável de Emergia de Fundo, O Abismo Gerador de todos os seres que subjaz e pervade o universo, podem irromper e modificar a seta da evolução” (BOFF, pg. 159).

A Antropologia Cristã não alimenta ilusões a respeito do ser humano. Por uma questão de origem, cada ser humano carrega dentro de si as sementes do bem e do mal. Por isso, a verdadeira compreensão do ser humano não está entre os do “bem” e os do “mal”, como ficou vulgarmente divulgado nos últimos tempos, como se esse maniqueísmo existisse de fato entre seres humanos. Na verdade, a guerra entre o bem e o mal – a pessoa humana velha e a pessoa humana nova – se trava dentro de cada um de nós, mas também se transforma em coletividade, em leis, em modelos políticos e econômicos, em tipos de civilização. Portanto, é preciso escolher também o que cada um quer ser e onde quer estar.

É dessa forma que podemos compreender o que se passa na América Latina. A tentativa de eliminar os povos originários, de extinguir seus territórios, suas culturas, assim como em relação aos negros insubmissos, às populações LGBTs, etc., soa apenas como um grito de agonia do supremacismo branco, europeu, norteamericanizado, colonizado e colonialista. Pessoas facilmente identificáveis que agora ocupam o poder, não representam o futuro, mas o passado. Podem ser o suspiro final de um modo de civilização que vem do passado, mas não tem futuro, mesmo que o caos se aprofunde, porque o caos é criativo. O levante dos povos originários pode ser um sinal do futuro. A irmanação universal, de todas as formas de culturas e de vidas, será o contraponto ao processo destrutivo que se impõe nesse momento da história.

#### REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Reflexões de um Velho Teólogo e Pensador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Editora Meridional/Sulina, 2005.

VATICANO. #SinodoAmazonico – Documento finale del Sinodo dei Vescovi al Santo Padre Francesco. In <<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2019/10/26/0820/01706.pdf>> Acesso em 20/11/19

## Resenha

# Livro aborda história e desafios atuais da Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul

Por **Leda Bosí**, do Secretariado Nacional - Cimi

Foi por meio das reservas que o Estado iniciou sua presença sistemática e duradoura nas terras indígenas do antigo sul de Mato Grosso, nas primeiras décadas de 1920. O modo de vida dos indígenas que passaram a viver nesses espaços reduzidos começou a se alterar rapidamente. Essa interferência esfacelou sua organização social e lhes privaram do solo, base de seu sustento, da sua autonomia e liberdade.

O livro apresenta detalhadamente a situação da Reserva Indígena de Dourados, criada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), pelo Decreto Estadual 401, de 1917, com 3.600 hectares. Completou 100 anos no dia 3 de setembro de 2017. Inicialmente foi reservada para os indígenas da etnia Kaiowá, por já ocuparem a área e suas imediações antes da ocupação das frentes agropastoris na região. A criação da reserva está relacionada ao processo de esbulho dos territórios étnicos indígenas, à consolidação da propriedade privada da terra, à territorialização não indígena em terras de índio. Nesse contexto, famílias Kaiowá, Guarani e Terena participam do espaço da reserva, pois foram expulsas de suas terras e recolhidas nesse território.

Ao longo da publicação, por meio de textos assinados por 20 autores graduados nas diversas disciplinas de ciências sociais, história, antropologia, psicologia, entre eles cinco indígenas, plenos das vivências e aprendizados que cada autor ou autora, indígena ou não, aprendeu sobre a vida dos habitantes da reserva, podemos acompanhar a diversidade de abordagens e experiências de pesquisa, conhecer a reserva em perspectiva histórica, sua complexidade social, religiosa e cultural, do ponto de vista de seus habitantes. Essa diversidade ajuda a reconhecer a multiplicidade étnica na reserva, onde vivem, além dos Guarani, Kaiowá, Terena, indígenas Bororo, Kaingang, Kadiwéu, e não indígenas paraguaios e brasileiros, por meio, por exemplo, de casamentos interétnicos.

A presença do Estado, representada pela atuação dos órgãos indigenistas, primeiro pelas práticas do SPI e, posteriormente, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), criada durante a Ditadura Militar, acrescida da presença de instituições como escolas, postos de saúde, hospitais, Missões religiosas, igrejas, e da convivência crescente da sociedade não índia, influenciou na capacidade das lideranças indígenas de resolver os problemas da pessoa e da sua sociedade.

No referente à religiosidade, a par de centenas de pastores, missionários e líderes religiosos indígenas e às diversas denominações protestantes e pentecostais, há entre elas as igrejas indígenas que se distinguem das demais por terem indígenas à frente das comunidades e por não serem filiais de igrejas existentes fora da reserva. Nesses novos agrupamentos, intensificados a partir da década de 1980, as etnias da reserva tentam repaginar sua organização social e principalmente sua cultura imaterial.

Outra situação importante a se considerar, destacada num dos textos, é a proximidade entre a reserva e a cidade, o avanço do perímetro urbano, que aumenta o conflito entre indígenas e não indígenas em Dourados. Um dos autores observou, nas suas andanças pela reserva e acampamentos, o destaque dado pelos indígenas sobre o agravamento da situação de violência como resultado dessa proximidade. A indígena Kaiowá Alzira mostra a fronteira porosa entre esses dois territórios, quando declara que “A cidade está na reserva e a reserva está na cidade... A cidade está cheia de índios, os índios estão em todos os lugares.” A cidade seria, explicitamente, o lugar do não índio, de um mundo que não corresponde aos anseios Guarani de reprodução do teko porã. Mas, ao mesmo tempo, se coloca como o lugar do índio, “porque tudo ali era do índio”, como afirmou o Kaiowá Admiro.

A partir da leitura oferecida pelos capítulos do livro, e como consta na apresentação de Juliana Mota e Thiago Cavalcante, abrem-se possibilidades de se fazer, usando como ponto de partida a Reserva Indígena de Dourados, uma reflexão crítica sobre a sociedade envolvente e sobre o Estado, presente em níveis local, estadual e federal, bem como sobre outros aldeamentos indígenas em reservas. “Que os textos inspirem um agir positivamente transformador com os indígenas”.



Reserva Indígena de Dourados  
 Histórias e Desafios Contemporâneos  
 Juliana Grasiéli Bueno Mota, Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Orgs.)  
 Editora Kaywa : São Leopoldo, 2019  
 288p.

Foto: Carlos Garcia Rawlins/Reuters



Povos indígenas protestam contra o golpe sofrido pelo Estado Plurinacional da Bolívia

## Bartomeu ndoguéi

Bartomeu ndoguéi...  
 ipyti'a kuápe  
 lkuarahy jajái  
 ohesape, hendy,  
 ko'ê mimbi ári...  
 yvytu ipiári  
 aje'i ou,  
 opáy ojuhu  
 tape omombo'ó  
 lguata memby,  
 heñói jey haguã  
 kuarahy mboypyri  
 ára pyti'águi  
 okambu haguã  
 arandu kamby  
 Bartomeu ambue  
 ha opoñ'yre  
 uguata haguã  
 yvága rapére.

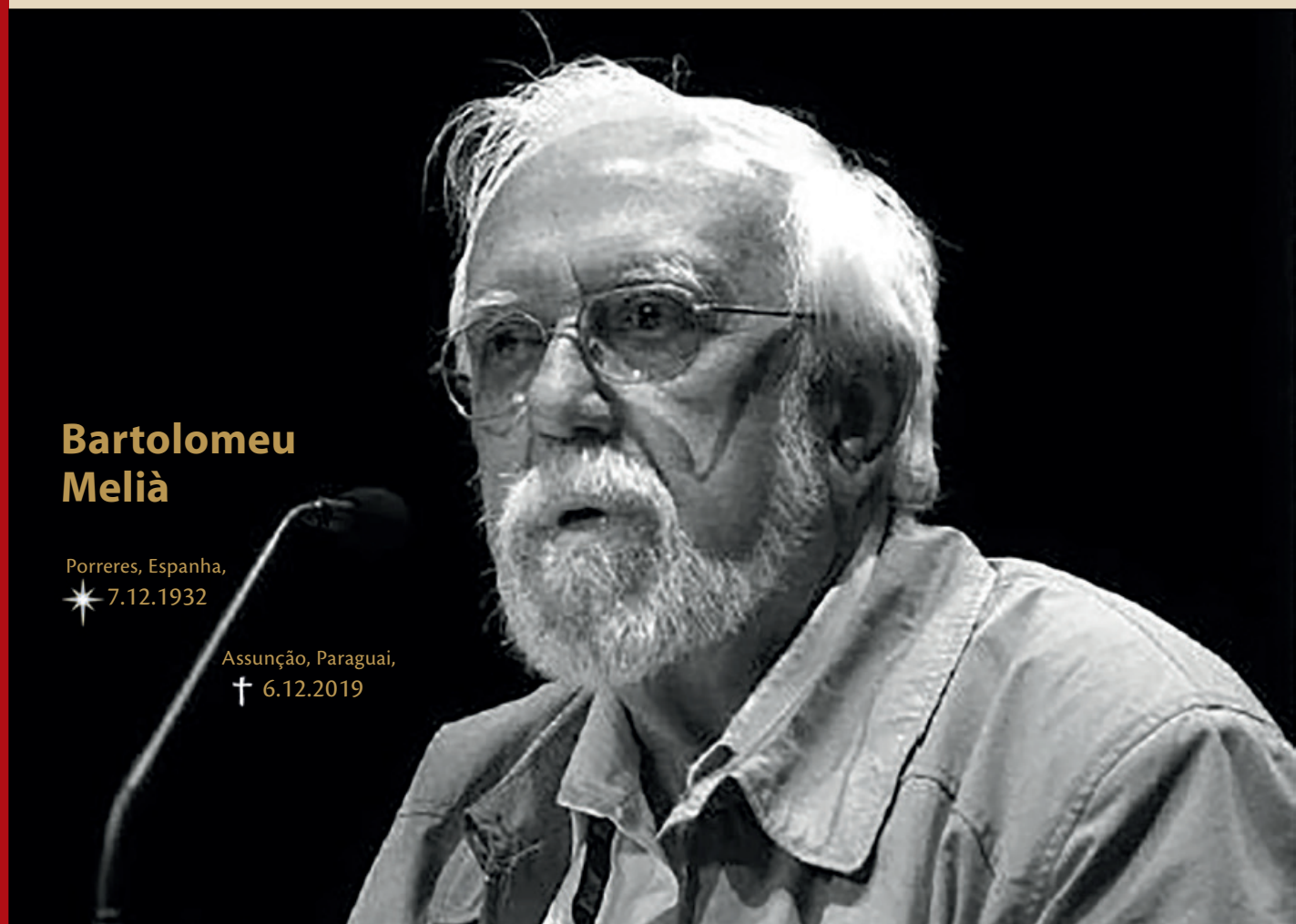
Bartomeu Melià...  
 hi'ãnga ryrúpe  
 guarani te'yi  
 rekove yma  
 omomyi haguã  
 itanimbu guygui  
 oho, oveve  
 Yvága apykápe  
 uguapy haguã  
 ohai mive,  
 aranduka rogue  
 morotĩ nandi  
 omyenyhẽ haguã  
 Guaraní kuaa  
 kuaandy ryrú  
 mbokuaapyenda.

Bartomeu Melià  
 otini hi'ára,  
 oime Ñandejára  
 ykére uguapy  
 ha oñemongeta  
 hendive yvavóra,  
 Arapysandu,  
 ha Kuarasypu,  
 Guyravera  
 ha Avambare  
 ã chupe omomba'e  
 hapo ha hekóre  
 ljeguyguy apóre,  
 Cadogan, Perasso,,  
 Yegros, Bejarano,  
 Susnik, Belaief  
 Kurt Nimuendaju,  
 hese omumu  
 ha oguerojere  
 joaite chupe  
 hikuái oguahẽnguévo  
 yvága mimbi  
 rokẽ jajaipype  
 omono'õvévo  
 Guarani ryjúi  
 rovere ypy,  
 rovere yma.

## Bartolomeu Melià

Porreres, Espanha,  
 ✨ 7.12.1932

Assunção, Paraguai,  
 † 6.12.2019



## Bartomeu não se apaga

Bartomeu não se apaga  
 No meio do seu peito  
 Resplandece seu sol  
 ilumina, brilha,  
 nas asas da alva  
 a buscá-lo veio  
 o vento veloz  
 o encontrou desperto  
 desmamando as sendas por onde  
 andou  
 Filha do andar, nova senda vem  
 a brotar de novo  
 no além do sol  
 dos seios do tempo  
 a mamar de novo  
 leites de saber  
 outros Bartomeus  
 sem engatinhar  
 a saber andar  
 caminhos do além .

Bartomeu Melià...  
 na sua alma leva  
 o viver antigo  
 de índio guarani  
 para chacoalhá-lo  
 do meio das cinzas  
 se põe a andar, ensaia voar  
 Para chegar ao céu  
 sentar-se a escrever  
 um pouquinho mais.  
 ir enchendo as folhas brancas,

sem saber,  
 com o seu saber  
 Saber guarani  
 lugar de beber.  
 Sostém de seus pés de muito andar.

Bartomeu Melià  
 brilha o seu dia,  
 sentado ao lado  
 de Nosso Senhor  
 para conversar  
 com os seres de lá.  
 Arapysandu e Kuarasypu,  
 Guyravera  
 e Avambare  
 Almas estas todas a engrandecê-lo  
 por enraizar-se e por bem viver  
 Pelos seus bons feitos  
 Cadogan, Perasso,,  
 Yegros, Bejarano,  
 Susnik, Belaief  
 Kurt Nimuendaju,  
 falam muito nele  
 e o rodeiam todos  
 com grande prazer  
 quando eles chegam  
 abrem-se as portas  
 dos céus de luz  
 juntam as espumas  
 do modo sagrado de ser guarani  
 da origem,  
 do passado, de agora.